



COLÉGIO SÃO MARCOS – EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Rua José Maria de Paula, nº 1825 - Tel: (0XX43) 3432- 4356
CEP 86.900-000 Jandaia do Sul - Paraná

História

Atividade de quinta-feira (24 de abril de 2020) – 1 hora-aula.

Aula sobre: Transferência da corte para o Brasil

Apostila 11 – Período Joanino (página 11)

Aula de apoio: <https://www.youtube.com/watch?v=yO9DrVd4d7Q>

O **Período Joanino** refere-se ao momento da história do Brasil que, ainda colônia de Portugal, tornou-se sede oficial da coroa portuguesa durante o reinado de D. João VI. Esse processo teve início com a chegada da família real em 1808.

Após desembarcarem na Bahia, onde é hoje a cidade de Salvador, D. João VI e pessoas da corte portuguesa, embarcaram em um navio rumo à cidade do Rio de Janeiro.

Já no Rio de Janeiro, durante os anos que se seguiram, D. João VI governou Portugal e o Brasil até 1821, quando decidiu retornar à Europa, dando fim ao Período Joanino.

Antecedentes da vinda da família real para o Brasil

Os acontecimentos do Período Napoleônico são os responsáveis pela mudança da família real portuguesa para o Brasil.

Um desses motivos deu-se pelo Bloqueio Continental, decreto feito por Napoleão Bonaparte que proibia as nações europeias de comercializarem com a Inglaterra.

Dentre as medidas do decreto, uma delas dizia que os países que não aderissem ao bloqueio teriam seus territórios invadidos pelo poderio militar das tropas francesas.

Como imagina-se, Portugal sob o comando de D. João VI, optou por continuar suas relações econômicas com os ingleses, pois estes eram seus maiores aliados políticos e econômicos. Com o descumprimento do decreto, Napoleão ordenou a invasão da Península Ibérica, formada por Portugal e Espanha, no ano de 1807.

Os desdobramentos das invasões napoleônicas foram:

- Destituição do rei espanhol pelo irmão de Napoleão, José Bonaparte;
- Fuga do rei de Portugal, D. João VI acompanhado de um contingente considerável de pessoas da corte portuguesa.

Composta por aproximadamente 46 embarcações, a frota de navios portugueses foi escoltada pela marinha inglesa até o destino final, a costa brasileira. Cerca de 10 a 15 mil pessoas partiram com destino ao novo e recém-descoberto continente.

Registros históricos mostram que a viagem foi tortuosa e repleta de problemas. Além das questões climáticas, como as tempestades marítimas, por ter sido realizada às pressas e sem planejamento, houve também a falta de comida. Soma-se a isso um surto de piolhos que obrigou homens e mulheres a rasparem os cabelos.

Em janeiro de 1808, D. João VI e parte da corte portuguesa chega na região de Salvador. Já no mês seguinte, o rei português parte para a cidade do Rio de Janeiro, chegando lá em março. A partir daí, D. João VI deu início ao seu novo reinado no continente americano recém-descoberto, período que estendeu-se por 13 anos, até 1821.

Principais mudanças decorrentes do Período Joanino

Instalado em terras tupiniquins, a primeira medida relevante tomada por D. João VI consistiu na abertura dos portos brasileiros às nações amigas. O motivo dessa decisão estava diretamente relacionado com a ainda ocupação francesa em Portugal, que dificultava qualquer tipo de comercialização.

Com o decreto, a Inglaterra tornou-se então o principal parceiro econômico da coroa portuguesa, visto sua força no comércio marítimo.

Além disso, a medida trouxe o fim do monopólio comercial praticado por Portugal sobre a colônia, permitindo que grandes proprietários e comerciantes brasileiros pudessem negociar diretamente com compradores de outros países.

Dentre outras medidas do governo português em terras brasileiras, havia:

- Incentivo e instalação de manufaturas com o objetivo de produzir mercadorias manufaturadas nacionais que competissem com os produtos ingleses;
- Criação de faculdades (medicina e direito) em Salvador e Rio de Janeiro;
- Construção de bibliotecas, museus, teatros e etc.

Isso de certa forma contribuiu muito para o desenvolvimento do intelectualismo no Brasil e crescimento da circulação de ideias sobre os mais diversos temas da sociedade.

Artistas e intelectuais estrangeiros, incentivados por esse crescimento educacional, começaram a chegar no Brasil. Dentre os mais notáveis podemos destacar o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire e o pintor Debret. Ambos acompanhados pela chamada Missão Artística Francesa.

Esse período trouxe também como resultado o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro, indo de 50 mil habitantes em 1808 para 100 mil no ano de 1822.

Entretanto, pode-se dizer que a medida mais importante feita por D. João VI veio a seguir. Após sofrer pressão das nações integrantes do Congresso de Viena, que diziam ser inaceitável que um rei europeu governasse em uma colônia e não em um reinado, o rei português em resposta decide elevar o Brasil à condição de reino.

Da decisão, surgiu então o Reino de Portugal, Brasil e Algarves. Assim, a colônia era agora uma extensão do reino de Portugal.

João VI e a política externa durante o Período Joanino

Em meio às medidas que aconteciam em território nacional, o reinado de D. João VI no Brasil envolveu também questões com países vizinhos que eram dominados por nações estrangeiras.

Dentre elas, podemos citar:

- Invasão da Guiana Francesa em 1809, em represália às invasões em Portugal decorrentes do Bloqueio Continental;
- Conflito pela Cisplatina, onde por ordem de D. João VI, o território de onde hoje é o Uruguai foi invadido e anexado ao Brasil em 1811.



Colégio São Marcos – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Jandaia do Sul, 24 de abril de 2020.

Professor: Lucas Pereira Arruda

Série: 2º

Aluno (a): _____

Atividades

1) A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, representou uma alternativa para um contexto de crise política na Metrópole e a possibilidade de implementar as bases para a formação de um império luso-brasileiro na América. Das alternativas abaixo, assinale aquela que NÃO diz respeito ao período joanino.

- a) Ocupação da Guiana Francesa e da Província Cisplatina e sua incorporação ao Império Português, como resultado da política externa agressiva adotada por D. João.
- b) Abertura dos portos da Colônia às nações aliadas de Portugal, como a Inglaterra, dando início a uma fase de livre-comércio.
- c) Ocorreu uma inversão da relação entre metrópole e colônia, já que a sede política do império passava do centro para a periferia.
- d) Atendeu às exigências do comércio britânico, que conseguiu isenções alfandegárias.
- e) Ocorreu a Revolução Pernambucana de 1817, que defendia o separatismo com o governo republicano e a manutenção da escravidão.

2) Período Joanino: (UESPI-PI–2010) A chamada Revolução Liberal do Porto, de 1820, entre seus desdobramentos, contribuiu para a declaração da Independência do Brasil, uma vez que:

- A) entre as reivindicações do movimento estava a volta de D. João VI a Portugal e a recondução do Brasil à condição de colônia.
- B) o seu caráter liberal não aceitava o regime monárquico, pretendendo instituir o parlamentarismo no Brasil e em Portugal.
- C) a Abertura dos Portos do Brasil, em 1808, e o Tratado de 1810 fortaleceram a economia portuguesa que passou, então, a exigir a presença da Corte.
- D) na organização das cortes gerais e na constituinte, a presença de deputados brasileiros não foi permitida.
- E) propiciou a formação dos partidos Brasileiro e Português, que, unidos, articularam o movimento de Independência do Brasil.

3) Período Joanino: (UFG–2008) Leia os fragmentos a seguir.

Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo!

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 2005. p. 24.

Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si mesmo. Sabendo-se incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranquilidade ou o ócio para que nasceu.

MONTEIRO, Tobias. História do Império: a elaboração da Independência. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 55 (Adaptação).

O embarque da família real para o Brasil, em 1807, deu origem a contraditórias narrativas. A frase anterior, atribuída à rainha D. Maria I, tornou-se popular, passando a constituir uma versão narrativa ainda vigorosa. Nos anos de 1920, os estudos sobre a Independência refizeram o percurso do embarque, assegurando uma interpretação republicana sobre esse acontecimento, tal como exemplificado no trecho do jornalista e historiador Tobias Monteiro. Sobre essa versão narrativa em torno do embarque, pode-se dizer que pretendia:

- A) conquistar a simpatia da Inglaterra, ressaltando a importância do apoio inglês no traslado da Corte portuguesa para o Brasil.
- B) associar a figura do rei ao pragmatismo político, demonstrando que o deslocamento da Corte era um ato de enfrentamento a Napoleão.
- C) ridicularizar o ato do embarque, agregando à interpretação desse acontecimento os elementos de tragédia, comicidade e ironia.
- D) culpabilizar a rainha pela decisão do embarque, afirmando-lhe o estado de demência lamentado por seus súditos.
- E) explicar o financiamento do ócio real por parte da colônia, comprovando que o embarque fora uma estratégia articulada pelo rei.

